

<http://dx.doi.org/10.5007/2175-7968.2013v1n31p141>

LITERATURA BRASILEIRA E LITERATURA TRADUZIDA NO BRASIL

Júlio Cesar Neves Monteiro
Universidade de Brasília
cesarj1@gmail.com

Resumo: Este artigo trata das referências feitas à tradução de obras estrangeiras no Brasil e sua relação com a formação e consolidação do sistema literário brasileiro, especialmente no que toca à atividade de tradução por parte de escritores em formação ou já consagrados e a implicação dessas traduções em suas obras autorais. A fim de observar essas relações, foram examinadas obras brasileiras de crítica e de historiografia literária.
Palavras-chave: Literatura brasileira. Tradução. Historiografia. Crítica.

BRAZILIAN LITERATURE AND LITERATURE TRANSLATED IN BRAZIL

Abstract: This paper tackles the references made to the translation of foreign books in Brazil and its connection with the formation and the consolidation of the Brazilian literary system, especially when it comes to the activity of both emerging and established Brazilian authors as translators and its impact on their own writing. Brazilian writings on literary criticism and literary historiography were examined in order to observe the aforementioned connections.
Keywords: Brazilian literature. Translation. Historiography. Criticism.

A tradução, embora parte importante do processo de formação e consolidação da literatura brasileira, tem recebido relativamente

pouca reflexão por parte de nossos críticos literários. Muito tem sido escrito sobre a influência que a literatura estrangeira, notadamente a européia, exerceu sobre nossos escritores, mas o que ainda resta investigar mais a fundo é o papel de nossos autores como divulgadores da literatura estrangeira via tradução, a apropriação de características dessa literatura traduzida em obras de sua autoria e o reconhecimento de seu trabalho como tradutores. Este artigo tem como objetivo apresentar, ainda que de forma muito sucinta e fragmentada, como alguns críticos e historiadores literários abordam a questão da tradução e sua relação com a formação e evolução da literatura brasileira.

A tradução, hoje, não é mais vista como uma atividade menor, mera cópia do gênio criador “original”. Na verdade, as fronteiras entre “original” e “cópia”, ou “texto original” e “texto traduzido” caíram por terra. Dicotomias como essas já não se sustentam porque se reconhece o valor criativo da tradução, atividade que nem de longe é simples ato mecânico de reprodução. A tradução é um ato de recriação, pois estão presentes em cada texto traduzido as marcas de autoria de próprio tradutor, resultantes de suas escolhas, dos apagamentos e do realce de determinados aspectos do texto-fonte. A tradução é, antes de tudo, um diálogo, uma negociação de sentidos entre dois sistemas culturais.

Traduzir é inscrever um texto em novo contexto histórico-social, com todas as repercussões que decorrem dessa inscrição. O sistema literário que recebe uma obra traduzida pode se beneficiar de novas formas de expressão, de novos padrões estéticos. A tradução de textos literários por autores consagrados ou em processo de consolidação de sua própria obra revela-se muito importante para que ocorra esse benefício. Nas palavras de Gilbert Highet (apud Gamble)

Translation is a difficult art. The translator must be a good scholar in a foreign language – or else have access to the results of good scholarship, together with an unerring flair for divining what is right and useful among them. And he

must in his own language be an extremely good writer. (...) This is because any distinguished book when translated usually carries with it many stylistic patterns which the translator's language does not possess. (...) Almost certainly it will contain images which are new (...) and often it will embody fresh, interesting and highly developed verbal devices produced by years or generations of experiment and evolution, which can be copied or adapted in the recipient language. From the translation, if it be a good one, these patterns are then imitated (GAMBLE, 2002, p. 133).

No caso de um sistema literário tão jovem como o brasileiro, essas questões mostram-se de maneira muito clara. A imitação de certos padrões vigentes em literaturas consolidadas é inegável, como também inegável é o fato dessas imitações, ou apropriações, terem ocorrido em grande parte pela atividade tradutória de nossos escritores. Ao deixarmos a condição de colônia, e mesmo antes disso, manifesta-se nossa dependência cultural em relação a modelos europeus e a busca por novos rumos, sendo que “nossos movimentos literários do passado nasceram e cresceram sob o influxo estrangeiro, um fenômeno típico de países pobres e colonizados” (FARIA, 1993, p. 261). Assim, urge discutir a dependência e as “influências de vários tipos, boas e más, inevitáveis e desnecessárias” (CANDIDO, 1987) nesse jogo de aproximação e rechaço, de dependência e de busca por autonomia, jogo do qual a tradução é parte integrante.

Silvio Romero, em sua *História da literatura brasileira*, atenta para a presença do fator estrangeiro na formação das letras nacionais embora as traduções não mereçam nenhum tratamento teórico de sua parte. Dentro do método que propõe, qual seja o de descrever e analisar fatores históricos e sua identificação como expressão literária (WEBER, 1997), o estrangeiro manifesta-se como componente da miscigenação brasileira. Na sua proposta de formação sextiária do povo, “todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas

idéias. Os operários deste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira”(1960, p. 54).

É interessante notar que, embora para Romero “Tudo quanto há contribuído para a diferenciação nacional, deve ser estudado, e a medida do mérito dos escritores é este critério novo” (1960, p. 54), as idéias que o inspiram vêm da Europa, bem como o “critério novo” a que se refere, pois o mérito de não ser mero imitador português não salva o escritor de sê-lo de outra literatura européia que lhe sirva de modelo ou de inspiração. Embora Romero não diga, entre os escritores mencionados na sua *História*, mais de um foi inspirado por obras estrangeiras que traduziu. Resta investigar até que ponto a diferenciação nacional que lhe serve de critério não foi influência direta dessas traduções.

Apesar de sua ausência na obra de Romero, a tradução aparece de maneira explícita já desde os primórdios da literatura brasileira. No período que ele classifica como “talvez o mais brilhante e original de nossa poesia” (1960, p. 58), o da Escola Mineira, a tradução aparece inclusive como recurso estilístico. Esse é o caso de Tomás Antônio Gonzaga que, ao que parece, tomou como modelo o que Miguel de Cervantes já havia feito na literatura espanhola.

Tomás Antônio Gonzaga, representante da Escola Mineira, no prólogo às suas *Cartas Chilenas* faz menção explícita à tradução. A exemplo do que fez Cervantes no *Quixote* (não por acaso citado por ele no prólogo às *Cartas*), conta com a cumplicidade do leitor para distanciar-se do papel de autor e assumir o de tradutor, a fim de levar ao conhecimento do público material potencialmente controverso e eivado de crítica social que lhe teria chegado às mãos por acaso. Esse recurso permite-lhe, tal como permitiu a Cervantes, explorar os limites dos recursos do gênero em que se inscreve sua obra literária. Ao assumir-se “tradutor”, pode tomar liberdades com o texto e adaptá-lo – adaptação que pode ser analisada pelo prisma da exploração do gênero anteriormente mencionada – resultando em inovações estilísticas. Nas palavras do próprio Gonzaga:

Logo que li estas Cartas, assentei comigo que as devia traduzir na nossa língua, não só porque as julguei merecedoras deste obséquio, pela simplicidade do seu estilo, como, também, pelo benefício que resulta ao público, de se verem satirizadas as insolências deste chefe, para emenda dos mais, que seguem tão vergonhosas pisadas. (...) Eu mudei algumas coisas menos interessantes, para as acomodar melhor ao nosso gosto. Peço-te que me desculpes algumas faltas, pois, se és douto, hás de conhecer a suma dificuldade que há na tradução em verso. Lê, diverte-te e não queiras fazer juízos temerários sobre a pessoa de Fanfarrão. Há muitos fanfarrões no mundo, e talvez que tu sejas também um deles, etc. (...) (GONZAGA, p. 1).

No método adotado por Romero para organizar sua história literária do Brasil, a nacionalidade é “critério de seleção, ordenação e valorização do literário” (WEBER, 1997), o que pode ajudar a explicar a ausência de interpretações de fatos estilísticos como o que apontamos no caso de Gonzaga. A “imitação estrangeira”, tal como a concebe Romero, parece não ser suficientemente abrangente para abarcar variadas formas de incorporação de elementos estrangeiros ao contexto sócio-histórico brasileiro, dentre elas a tradução. Além disso, os limites de suas análises fundadas no biografismo apagam a atuação como tradutor e a influência dessa atividade na formação de muitos escritores que ele julga serem representantes por excelência das letras nacionais.

Evidentemente, a ausência de análises de traduções e de seus tradutores e sua importância para a formação do sistema literário brasileiro não depreciam a obra de Romero. Sua abordagem, que deixa em segundo plano questões estéticas em favor do critério de nacionalidade, ajuda, a um só tempo, a entender a ausência de comentários sobre traduções em sua obra (ainda que possamos perceber sua presença à contraluz) e a perceber a presença regular de comentários dessa natureza em um livro como o de José Ve-

ríssimo, que vai buscar na estética um princípio de organização e valoração literária.

José Veríssimo, em sua *História da literatura brasileira*, menciona a atividade tradutória de muitos de nossos escritores ao longo de todo o livro. A tradução está sempre mencionada ao lado das obras originais produzidas pelos escritores, sejam eles os grandes nomes ou os de menor expressão. Um sinal da importância que parece ter atribuído à tradução na formação e evolução de nossas letras é o relato que faz dos livros apreendidos nas bibliotecas dos implicados na Conjuração Mineira. Entre esses livros que circularam entre os membros da Plêiade Mineira encontravam-se diversas traduções latinas de clássicos gregos. Ainda ao falar sobre a Escola mineira, faz referência a traduções de Cláudio Manuel da Costa e de Alvarenga Peixoto. Pelo menos no caso de Cláudio Manoel da Costa, essas traduções, caso tivessem sido preservadas, poderiam dar mostra da variedade de aptidões poéticas do autor (VERÍSSIMO, 1981, p. 105). Para Veríssimo, o contato dos autores com línguas e culturas estrangeiras é fundamental para a valoração de sua obra literária. Tanto é assim que, já encerrando o capítulo sobre a Plêiade Mineira, retoma o tema:

Todos os poetas desse grupo, o que talvez não se reproduza mais na história da nossa literatura com qualquer dos grupos literários que nela possamos distinguir, além do estro, tinham a mais completa cultura literária do tempo. (...) Cláudio da Costa poetava em italiano, acaso não menos excelentemente que em português, e o podia fazer ainda em castelhano e francês; traduziu Voltaire e cantou a Milton. Basílio da Gama também traduziu Voltaire (1981, p. 123).

Temos aí um primeiro indício de que, para Veríssimo, obra traduzida é, sim, mostra de aptidões artísticas, dignas de nota, como a análise de sua *História* permite demonstrar. No caso de Cláudio

da Costa e de Basílio da Gama, pode-se inferir também que a insistência no fato de que ambos traduziram Voltaire dá fé do comprometimento de ambos com as idéias e os ideais de seu tempo, sendo ditas traduções reflexos do momento histórico que lhes tocou viver. Na apreciação que faz da obra de Souza Caldas, incluído entre os predecessores do Romantismo, Veríssimo estende-se em comentário à tradução dos *Salmos* de Davi feita por Caldas e põe em pé de igualdade seu trabalho como poeta em obras suas e na referida tradução. Além de louvar o que hoje chamaríamos de recriação do texto hebraico em língua portuguesa, Veríssimo oferece uma crítica de tradução muito acurada, sobretudo no que toca à sua recepção:

(...)Ele fez um trabalho considerável de erudito e poeta traduzindo em vernáculo os Salmos atribuídos a Davi. Algumas dessas traduções não são em verdade indignas dos louvores que é de praxe fazer-lhes. (...)Mas, ainda excelente, perderia o valor do nosso patricio muito do seu valor pelo mesmo desinteresse com que hoje a maioria dos leitores se dispensam de ler traduções de poemas de pura invenção religiosa e de uso devoto. Conquanto se digam católicos, não é certamente neles que procuram nem acham a emoção estética de que acaso sintam necessidade. (...) De resto, em nossa gente o sentimento religioso não foi jamais tal que comportasse a espécie de deleite proveniente da leitura e meditação de poemas bíblicos versificados em vulgar (1981, pp. 127-128).

Veríssimo, ao referir-se a José Elói Otoni, outro predecessor do Romantismo, novamente recorre à atuação do autor como tradutor para a apreciação da criação literária, o que atesta que esse método de análise, por sua presença regular em toda a *História*, tem bastante peso. Desta vez, a crítica evidencia a mediocridade do autor

tanto como poeta como tradutor, o que mais uma vez confirma a indissociabilidade das duas funções para Veríssimo. Mais ainda: revela a concepção de tradução de Veríssimo:

(...)José Elói Otoni (...) como Souza Caldas, foi poeta sacro e profano. Mas o foi com menos talento e principalmente, com menos vigor. As suas traduções dos pseudos Provérbios de Salomão e do Livro de Jó feitas do latim da Vulgata, são antes paráfrases do que traduções. Não há achar-lhes o sabor que do original parecem guardar algumas traduções diretamente feitas em prosa e em verso. As poesias originais de Otoni não destoam da comum mediocridade da poesia sua contemporânea (1981, p. 129).

Se adotarmos a concepção de tradução de Veríssimo, podemos dizer que as paráfrases de Otoni são indicadoras de menor gênio literário e, por conseguinte, de menor aptidão para uma tarefa de criação como a tradução. Persistindo na comparação que Veríssimo faz entre ele e Souza Caldas, talvez lhe falte o que neste aponta Veríssimo: a qualidade de escritor fácil e castiço.

Em seu capítulo dedicado a Gonçalves Dias e ao grupo maranhense, Veríssimo faz duas referências à tradução que nos permitem ver ainda mais claramente o papel que ele atribuía à atividade, tanto como meio de difusão cultural, propiciando material que serviria de inspiração para talentos nacionais, como atividade de criação literária com valor intrínseco.

Na primeira referência do capítulo, temos mostras de aspectos de produção, distribuição e consumo de material traduzido no comentário de Veríssimo sobre Sotero dos Reis, jornalista e homem de letras. Citando Henriques Leal, refere-se à atuação de Sotero dos Reis como jornalista literário na *Revista*, na qual “Quando se lhe deparava ensejo, não deixava passar uma obra literária de cunho sem dar dela notícia, assinalando-lhe as belezas e reproduzindo trechos de originais brasileiros ou portugueses ou traduzindo-os das que eram em língua estranha” (1981, p. 184).

Na segunda referência à tradução nesse capítulo, ao tratar de Manoel Odorico Mendes, Veríssimo realça as qualidades desse como tradutor. No entanto, ao contrastar sua produção prolífica como tradutor com sua modesta produção própria (o poema *Hino à tarde*), Veríssimo, por uma vez, parece vacilar na concepção de paridade entre grandeza das traduções e grandeza da obra própria que havia estabelecido em análises até essa altura do livro. Resgata Mendes da mediocridade não pela via da grandeza de engenho, mas, sobretudo pela presença, neste seu único poema, de “sentimentos brasileiros e estilo moderno” (p. 185) e por talvez prenunciar Gonçalves Dias. É muito esclarecedora a passagem em que trata do Manoel Odorico Mendes tradutor, pois nela encontramos mais detalhes da sua concepção de tradução e sua relação com o trabalho de criação:

(...)sobretudo foi um tradutor insigne, se não pela eloquência e fluência, pela fidelidade e concisão verdadeiramente assombrosa, dada a diferente índole das línguas, com que trasladou para o português os dois máximos poetas da Antigüidade clássica, não raras vezes aliás emulando-as em beleza e vigor de expressão. (...). Assevera o clássico D. Francisco Manoel de Melo que ‘no pecado de traduções não costumam cair senão homens de pouco engenho’. Que não era grande o de Odorico Mendes parece mostrá-lo o fato de não nos haver ele deixado, benemérito de citação e leitura, mais que um poema original, ele que tanto trabalhou e produziu em traduções (1981, p. 185).

A tradução aparece, nessa análise, não como mostra de vigor literário, mas como mostra de pouco fôlego criador autônomo de Odorico Mendes. Ainda que destoe dos demais comentários sobre a tarefa de traduzir presentes no livro, o recurso à tradução como elemento de análise da obra de autor nacional continua coerente, pois serve para legitimar o papel que Veríssimo atribui a essa figura no cenário literário nacional. Se nas demais referências à

tradução encontradas até aqui podíamos ver confirmado o lugar dos escritores-tradutores entre os grandes de seu tempo ou entre os medíocres e obscuros, aqui vemos um raro exemplo de escritor relegado a posição inferior justamente por seu trabalho como tradutor, ainda que o tenha desempenhado com correção e brilho.

Em sua análise da obra de José de Alencar, Veríssimo afirma que o escritor encontra lugar entre os grandes da literatura brasileira mais pela sua vontade de distinguir sua obra da literatura portuguesa do que pelo valor da obra em si. Para que Veríssimo possa discorrer sobre os problemas da obra alencariana, novamente a tradução é recurso importante.

Alencar possuía, segundo Veríssimo, uma formação literária deficiente, que se reflete nas suas obras. Sabemos por Veríssimo que Alencar leu de forma assistemática obras francesas, muitas das quais de qualidade duvidosa, primeiro em “ruins traduções francesas” (1981, p. 195) e depois no original. Conste que foram as primeiras leituras em “má tradução” que, segundo o próprio Alencar, forjaram sua vocação literária. E do que consistiam essas traduções? Veríssimo esclarece que, pelas traduções às quais teve acesso, Alencar chegou à equivocada percepção de que o romance é uma história puramente sentimental. Alencar certamente não foi o único a incorrer neste equívoco, se se analisa a produção dos escritores do Romantismo brasileiro. Veríssimo indica que tipo de obra era traduzida na época e para quem: eram “romances romanescos traduzidos na intenção das damas sentimentais” (1981, p. 195). Daí, via tradução, pode-se explicar os temas e o estilo do romance brasileiro do romantismo, pelo menos em um de seus maiores representantes. O romanesco que é “freqüentemente de uma invenção pueril e de uma sentimentalidade que frisa à pieguice” (1981, p. 195) é avalizado pelas traduções que circulavam no Brasil, o que dá mostra da influência das traduções sobre todo um período de nossa literatura.

As menções a traduções continuam na *História* de José Veríssimo. Nos capítulos dedicados aos últimos românticos e ao teatro,

as traduções de peças teatrais ajudam a explicar o desenvolvimento do teatro no Brasil, tanto no que toca à representação como no que se refere à produção de peças com textos brasileiros.

No capítulo referente aos publicistas, oradores e críticos, também a tradução continua presente, merecendo destaque a menção ao pernambucano Miguel do Sacramento Lopes Gama, importante pelo trabalho como dono de jornal cômico-satírico e como tradutor do francês e do italiano, mais do que por sua modesta produção literária. Também digna de nota neste capítulo é a menção à tradução e ao prefácio de Rui Barbosa a um panfleto intitulado *O papa e o concílio*, de Doellinger, que aparece em tradução justamente no contexto de ampla discussão sobre o poder da Igreja no Brasil em fins do século XIX.

Curiosamente, no capítulo dedicado a Machado de Assis, que encerra o livro, não há menção ao trabalho desse como tradutor. Ao louvar as qualidades de Machado, Veríssimo faz alusão ao conhecimento de línguas estrangeiras de Machado, sobretudo do inglês, que influenciaria muito em sua obra. No entanto, contraria a postura adotada durante todo o livro e não associa o gênio do autor a sua atividade como tradutor, embora sejam conhecidas as traduções de peças teatrais que fez do francês e a sua celebrada tradução do poema *The Raven* de Poe, só para mencionar algumas de suas incursões pela tradução. Tampouco menciona que o trabalho de Machado como crítico, sobretudo em jornais, frequentemente é um trabalho de crítica de traduções de peças encenadas no Rio de Janeiro (TORNQUIST, 2006). De qualquer modo, apesar dessa última e significativa omissão, o que podemos verificar é a preocupação constante de Veríssimo em apontar as influências de outros sistemas literários sobre o nosso e o papel nem de longe desprezível desempenhado pela tradução para que essa influência de fato ocorresse.

Também Alfredo Bosi, na *História concisa da literatura brasileira*, vai tecer comentários sobre traduções. Assim como Veríssimo, reconhece a influência inegável das literaturas estrangeiras sobre nossos autores desde o Barroco. Identifica as literaturas eu-

ropéias para as quais pendiam tal ou qual autor, sem, porém, deter-se no modo como essas literaturas chegavam ao conhecimento de nossos autores, ou seja, se as conheciam pela leitura no original ou por tradução. Ainda assim, é notável que Alfredo Bosi tenha dedicado espaço em seu livro para falar exclusivamente de tradução.

À diferença do que fez Veríssimo, porém, Bosi concentra seus comentários sobre tradução em uma parte do livro, a parte final, na qual trata de tendências contemporâneas, e sobre apenas um gênero, a poesia. Para Bosi, a poesia traduzida ajudou a influenciar o gosto literário moderno, apesar da qualidade variável das traduções. Entre os poetas que ele julga bem traduzidos e que “começaram a falar em português à nossa sensibilidade” (1985, p. 543) estão Baudelaire, Brecht, Dante, Verlaine e Mallarmé. Quanto aos tradutores, figuram entre eles poetas como Guilherme de Almeida, Dora Ferreira da Silva e Haroldo de Campos. Não há, ao que parece, critério na escolha de Bosi que não o estritamente pessoal. Não se percebe uma tentativa de organizar e sistematizar poetas tão diferentes que, como o próprio Bosi afirma, representam escolhas díspares. Tampouco ele se preocupa em estabelecer uma relação entre a obra traduzida e a obra original dos tradutores. Vista por esse prisma, a presença da tradução na obra de Bosi merece destaque por não ter sido simplesmente ignorada, mas dificilmente serve de critério de análise que permita estabelecer uma relação entre o sistema literário brasileiro e sistemas literários estrangeiros.

Pesquisas sobre a atuação de escritores brasileiros como tradutores têm sido realizadas em nossas universidades, mas normalmente são estudos sobre um autor específico e não sobre tradução ligada a um período literário ou à literatura brasileira como um todo. Estudos diacrônicos da tradução literária no Brasil e sua relação com a formação do nosso sistema literário ainda são campo praticamente inexplorado, apesar da contribuição que podem dar aos estudos literários no país. A tradução, como processo de recriação, de reconfiguração e de apropriação, ainda tem muito a dizer sobre nossa produção literária.

Referências

- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1985.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática 1987.
- FARIA, João Roberto. *O teatro realista no Brasil: 1855-1865*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- GAMBLE, Cynthia J. *Proust as an interpreter of Ruskin*. Birmingham AL: Summa, 2002.
- GONZAGA, Tomás Antonio. *Cartas Chilenas*. Edição digital disponível em <http://www.biblio.com.br/Templates/TomasAntonioGonzaga/cartaschilenas.htm>
- ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960.
- TORNQUIST, Helena H. F. O lugar da tradução no conto oitocentista brasileiro – a contribuição de Machado de Assis. In: GUERINI, A.; TORRES, M.H.; COSTA, W. (org.) *Literatura traduzida & literatura nacional*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.
- VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso. A construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

Recebido em 25/06/2012

Aceito em 29/09/2012